



Trabalho e território em “Torto Arado”: um olhar geográfico

Work and territory in "Torto Arado": a geographical perspective

Amanda Neta de Souza * 

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega ** 

Resumo

Com o intuito de construir reflexões a partir da relação Geografia e Literatura, este artigo tenta contribuir com a análise de conteúdo da obra *Torto Arado* de Vieira Junior (2019) a fim de identificar os sentidos do trabalho e do território, possibilitando uma leitura geográfica de uma comunidade rural fictícia, mas que apresenta fortes elementos de vinculação com a realidade, principalmente se refletimos sobre o processo de produção do espaço rural e as relações de trabalho realizadas ao longo do tempo no território brasileiro. A ferramenta utilizada para a coleta e análise de dados foi a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica, utilizando bases de dados e obras relacionadas à temática de Geografia e Literatura e aos conceitos de trabalho e território. A partir das análises construídas, compreendemos como o vínculo estabelecido entre terra, trabalho e território para as comunidades rurais é a expressão da sua identidade e da presença ainda hoje das desigualdades ocasionadas pelo fim do período escravocrata que deixou a margem da sociedade a recém-liberta população negra e a acumulação fundiária ocasionada pela Lei de Terras de 1850.

Palavras-chave: Geografia e Literatura; *Torto Arado*; comunidade rural; trabalho; território.

* Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), Senhor do Bonfim, BA, Brasil. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço – GEPPSE/CNPq-Univasf.
E-mail: amandantsouza@gmail.com

** Universidade Federal do Vale do São Francisco, Senhor do Bonfim, BA, Brasil. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço – GEPPSE/CNPq-Univasf.
E-mail: pedro.nobrega@univasf.edu.br

Abstract

In order to construct reflections from the relationship between Geography and Literature, this article seeks to contribute to the content analysis of the work *Torto Arado* by Vieira Junior (2019) to identify the meanings of work and territory, enabling a geographical reading of a fictitious rural community that, nevertheless, presents strong elements linked to reality, especially when reflecting on the process of rural space production and labor relations developed over time in Brazilian territory. The tool used for data collection and analysis was Content Analysis (Bardin, 2016). For this, bibliographic research was conducted, using databases and works related to the theme of Geography and Literature, as well as to the concepts of work and territory. From the analyses carried out, we understand how the link established between land, work, and territory for rural communities is the expression of their identity and the ongoing presence of inequalities since the Land Law of 1850.

Keywords: Geography and Literature; *Torto Arado*; rural community; work; territory.

Introdução

O artigo em tela trata de uma pesquisa sobre as categorias “trabalho” e “território” contidas na obra *Torto Arado* de Vieira Junior (2019) identificadas através da técnica de análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2016).

A obra acompanha uma comunidade rural, remanescente quilombola baiana fictícia, localizada nas proximidades da Chapada Diamantina, na comunidade de Água Negra, não especificando exatamente o período em que os acontecimentos se dão. A fazenda conta com a presença de trabalhadores rurais remanescentes quilombolas e indígenas que vivem em regime de servidão há gerações.

Vieira Júnior (2019) apresenta uma caracterização do espaço rural bem como da relação estabelecida entre o espaço e os personagens; é na Fazenda Água Negra que a história é vivida a maior parte do tempo, onde o homem modifica aquele espaço retirando dele seu sustento resultado do seu trabalho, que por sua vez implicará na materialização das relações sociais em um determinado tempo e espaço, construindo uma territorialidade própria e um território marcado por ela.

A obra acompanha uma comunidade de Água Negra, a fazenda conta com a presença de trabalhadores rurais remanescentes quilombolas e indígenas que vivem em regime de servidão há gerações. Os acontecimentos são narrados em primeira pessoa, nem sempre de forma linear, misturando acontecimentos passados e presentes, a partir

das três vozes femininas e protagonistas da história, dividindo-se em três partes: Fio de Corte com 87 páginas e 15 capítulos narrada por Bibiana; Torto Arado narrada por Belonisia; com 108 páginas e 24 capítulos; Rio de Sangue com 59 páginas e 14 capítulos narrada pela entidade Santa Rita Pescadeira.

Um fato peculiar e que suscita ponderações é que ao lermos a tese de Doutorado de Vieira Junior (2017) conseguimos identificar elementos que contém certa proximidade com o romance. Desde logo a comunidade presente na tese, Iúna, localizada no município de Lençóis, na Chapada Diamantina, sertão da Bahia, situando-se entre os rios Utinga e Santo Antônio, os mesmos rios que aparecem como fator de localização da fazenda retratada no romance. As características naturais, históricas e culturais como a religiosidade do Jarê, os relacionamentos estabelecidos entre as pessoas da comunidade que se vêm com uma família, os vínculos com a terra, o histórico de formação da comunidade, as preocupações presentes da comunidade de Iúna com as construções das casas desejando que elas fossem permanentes e que não se desfazem com as intempéries do clima marcam também paralelos entre o romance e o trabalho acadêmico, o que confere a Torto Arado uma fundamentação geográfica rica de elementos vivenciados por sujeitos já amplamente pesquisados por Itamar Vieira Junior.

O uso da literatura como fonte de investigação científica na Geografia não é algo recente, visto que os romances reproduziam conhecimento sobre lugares e regiões, na descrição de paisagem e dos costumes. Segundo Garcia (2020), foi a partir da década de 1970 que a literatura ganhou papel de destaque na relação com a Geografia, desenvolvendo-se sob a perspectiva humanista, bem como por uma visão marxista de análise crítica da realidade e das relações e práticas do sistema capitalista.

A relação entre a Geografia e Literatura é perceptível desde que os autores trouxeram para os seus escritos a realidade social e espacial que animava o enredo de seus personagens e histórias, sendo fonte de pesquisa para estudos geográficos.

Callai e Moraes (2013) discutem sobre a importância da conexão entre os campos, já que a Literatura permite uma reflexão sobre elementos importantes na Geografia, como homem, espaço e as relações desenvolvidas, contribuindo na formação do sujeito e exercitando o pensamento crítico e a resolução dos problemas apresentados nas obras, despertando sentimentos e ideias sobre a realidade social.

Material e Métodos

Esta pesquisa foi construída a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada com o levantamento na literatura científica de artigos que exploram a relação entre Geografia e Literatura, buscando a contextualização dos conteúdos geográficos com as obras literárias, baseando-se em escritos de geógrafos sobre o tema.

Os artigos foram coletados a partir da Base de Dados do Google Acadêmico e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), tendo como critério de seleção palavras-chave referentes aos temas: Geografia e Literatura; Trabalho; Território Cultural; Território Quilombola; Torto Arado e Territorialidade, com o fim de contribuir com a análise geográfica da obra, objeto de estudo deste artigo.

A ferramenta de análise utilizada para este estudo foi a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2016), com a finalidade de identificar e categorizar os conceitos de trabalho e território contidos na obra. Como apresentado por Sousa e Santos (2020), a ferramenta é rica em detalhes e comumente utilizada nas ciências humanas e sociais, com o objetivo de aprofundar a interpretação da comunicação independente da sua forma, mostrando o que aparece indiretamente no conteúdo que o pesquisador irá analisar, possibilitando assim a validação acadêmico-científico.

Conforme Bardin (2016), a análise de conteúdo é utilizada desde o momento que a humanidade procurou interpretar os textos sagrados, entretanto os procedimentos metodológicos configurados na análise de conteúdo utilizados atualmente foram organizados pela autora somente em 1977 com a publicação da sua obra “Análise de Conteúdo”. Esta ferramenta de análise está em constante aperfeiçoamento, sendo adaptada para diversas formas de comunicação, o que facilita a utilização em diversas áreas de pesquisa. Segundo Bardin (2016), a análise do conteúdo se dá em três fases: a pré-análise, a exploração dos materiais e o tratamento dos resultados.

Neste trabalho as unidades de registro retiradas do livro foram substantivos e verbos que expressam certo impacto nos parágrafos analisados, aparecendo com destaque na obra, sendo importantes indicadores e se tornando adequadas ao objetivo da pesquisa. Enquanto as unidades de contexto correspondem aos trechos em que as unidades de registro estavam inseridas e servem para auxiliar na compreensão das unidades de registro com o fim de auxiliar a circunstancialidade daquilo que está sendo apresentado.

A realização da análise de conteúdo foi fundamentada em duas categorias: Trabalho, que corresponde às relações as quais os indivíduos desenvolvem com a terra, as relações sociais e as relações de exploração identificadas no contexto de apropriação e acumulação pautadas pelo capitalismo; Território, que aborda os conflitos pelo domínio de terras, as relações territoriais e de pertencimento sobre a ancestralidade negra e o reconhecimento da identidade quilombola da comunidade.

A análise de conteúdo compreendeu o processo de tratamento dos resultados em que se deu a interpretação dos trechos do livro que serão tratados sob uma perspectiva crítica, a partir da fundamentação teórica com autores que abordam as categorias encontradas, dando ênfase profissionais de Geografia que discutem sobre estas categorias.

A centralidade da categoria trabalho e sua compreensão no contexto de Torto Arado

O trabalho é uma ação do homem capaz de transformar a natureza e de organizar o espaço, bem como a sua estrutura social. Faz-se necessário entender que a discussão sobre trabalho está presente nas mais diferentes áreas do conhecimento: História, Ciência Política, Geografia, Filosofia, Sociologia, entre outras ciências que estudam a sociedade. Nos diferentes campos de análise esse conceito é complexo e desenvolvido sob variadas perspectivas.

Na linguagem cotidiana, a palavra trabalho tem como principal significado a sobrevivência; é a ação do homem visando a criação de instrumentos para sua realização, talvez por isso Hannah Arendt (2007) classifique o trabalho como parte dos três pilares que caracterizam a vida humana na terra, ao que ela destaca nuances que indicam as concepções de “labor” e “ação” como fundamentais para uma interpretação crítica e profunda sobre essa categoria de análise. Cada uma destas atividades/pilares está diretamente ligada às condições básicas de manutenção da vida humana.

Para Arendt (2007), o labor é associado aos processos biológicos do corpo humano assegurando sua sobrevivência, bem como da espécie, sendo um processo cíclico de acordo com o processo biológico findando com a morte. Para a autora tudo que é produzido pelo labor é de curta duração, ou seja, não possui uma durabilidade para permanecer no mundo por tempo indeterminado; são ações voltadas para o processo de manutenção da vida humana. Em síntese: “concentra-se apenas no fato de estar vivo, e

permanece preso ao seu metabolismo com a natureza sem jamais transcender ou libertar-se do ciclo repetitivo do seu próprio funcionamento” (Arendt, 2007, p. 127).

Por sua vez, o trabalho corresponde à materialidade da existência humana, pois permite a transformação da natureza e a criação de objetos destinados aos mais variados usos e com certa durabilidade, terminando quando seu produto está acabado, pronto para ser acrescentado ao mundo das coisas. De acordo com Arendt (2007), o trabalho permite que o homem se diferencie dos outros animais, ao elaborar objetos o homem demonstra sua criatividade e acaba criando um habitat próprio:

O trabalho produz um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade (Arendt, 2007, p.15).

A abordagem que Arendt faz na sua obra é organizada a partir de reflexões críticas sobre o estudo de diversos teóricos ocidentais. Sendo assim, ao analisar a categoria trabalho a autora estabelece uma interlocução direta com a obra de Karl Marx. Já é sabido que o trabalho é uma das categorias centrais para Marx, fundamentais para compreender a sua análise dialética da sociedade capitalista e do modo de produção. Importante ressaltar que o estudo de Marx sobre o termo trabalho se deu a partir da perspectiva ontológica e no sentido da investigação econômica.

Marx ressalta que há uma diferenciação entre a espécie humana e os demais animais na produção: o pensamento racional. O pensamento racional possibilita uma organização do processo de trabalho em etapas a fim de que se componha uma unidade, além do mais, o homem produz universalmente enquanto o animal produz unilateralmente.

Ademais, é por meio do trabalho que o homem modifica a natureza, utilizando-a como fornecedora de matérias-primas para os objetos produzidos. Não obstante, deve-se compreender que o trabalho é o mecanismo produtor dos próprios indivíduos e das suas relações, bem como do seu espaço. Marx ainda apresenta a dimensão abstrata do trabalho (enquanto valor de troca inserido em um conjunto social) e o trabalho enquanto produtor de valores de uso (gerado para uma utilidade).

Marx (2004) examina as condições do trabalho humano na sociedade capitalista, realizando uma crítica através dos elementos presentes na economia política clássica (propriedade privada, a separação entre o trabalho, o capital e a terra, bem como a divisão do trabalho, entre outros), que para o autor acaba não explicando as causas dos fatos

sócio-históricos e desconsiderando a relação entre trabalho e produção, assim se daria o estranhamento do trabalhador:

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacionais-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; que quanto mais bem formado seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (Marx, 2004, p. 82).

Desse modo, para Marx (2004), as relações apontam para a supervalorização do mundo das coisas e uma desvalorização do ser humano. Os produtos fabricados pelo trabalho humano se tornam estranhos ao seu produtor, aparecem na relação como um poder independente, e, quanto mais o trabalhador produz, menos ele possui a coisa produzida, ficando o produto do trabalho cada vez mais vinculado ao domínio do capital. Contudo, o estranhamento também se manifesta no modo de produção, o trabalhador se encontra alheio ao produzir o objeto, este processo é parte do que Marx (2004) conceitua de exteriorização do trabalho. A exteriorização do trabalho ocorre quando o trabalhador não se identifica com o trabalho realizado, a atividade que realiza não é sua e sim de outro.

Antunes (2009) entende que o trabalho, enquanto protoforma das práxis sociais, surge de posições teleológicas secundárias que visam a inter-relação dos seres sociais como a política, a arte e a religião. É no ato laborativo que o ser social vai encontrar sua origem, uma vez que o prolongamento e avanço deste ato é independente de quão avançada seja a práxis social.

Antunes (2009) menciona Lukács ao referir-se sobre o domínio do corpo humano pela consciência, que passa a ser ativa e essencial na vida cotidiana, já que para a realização do ato se tem o planejamento, críticas e buscas por resultados melhores. Assim, “[...] deixa de ser epifenômeno biológico e se constitui num momento ativo e essencial da vida cotidiana, sua consciência é um fato ontológico objetivo[...]” (Lukács, 1980 apud Antunes, 2009, p.143).

Além da abordagem de Lukács, Antunes (2009) buscou realizar no seu ensaio uma releitura dos conceitos de Marx, elaborando um quadro analítico sobre as mudanças no mundo do trabalho vivenciadas pela sociedade contemporânea nas últimas décadas, sobretudo a crise experimentada pelo capital, bem como as novas

formas de estranhamento que afetam profundamente o mundo do trabalho, assim como a formação contemporânea.

Para Antunes (2009) a crise no mundo do trabalho atinge fortemente o universo da subjetividade dos trabalhadores, o fato é que as transformações presentes, não importando em qual escala do processo produtivo que o país se encontra, acarretam mudanças na “classe-que-vive-do-trabalho”.

Nesse sentido, ao longo do texto, há elementos que permitem recuperar a centralidade da dimensão ontológica do trabalho na formação societal contemporânea, bem como a discussão acerca da busca por uma vida cheia de sentidos em todas as esferas do ser social, uma vez que o trabalho fetichizado e estranhado não permite que o trabalhador seja verdadeiramente livre das necessidades reprodutivas do capital. O tempo “livre” do trabalhador é dedicado à retroalimentação do sistema através da esfera do consumo.

O trabalho se torna dotado de sentido “[...]por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, [desta forma] o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo” (Antunes, 2009, p. 175).

Trabalho em Torto Arado

Para a discussão da categoria Trabalho foram identificados, como produto da Análise de Conteúdo realizada, 18 trechos fundamentais para estabelecer as principais relações de trabalho existentes na obra, destacando o caráter de trabalho estranhado no contexto de exploração capitalista nas atividades rurais, como pode ser verificado no Quadro 1.

As formas de apresentação da categoria trabalho em Torto Arado se configuram como uma das primeiras questões identificadas na análise, visto que grande parte das ações desenroladas pelos personagens ocorrem nas atividades relacionadas ao espaço de trabalho. Observa-se que as questões relacionadas ao mundo do trabalho definem uma das discussões centrais postas em Torto Arado e elas irão mediar as relações com a terra e com a própria noção de comunidade e família.

No limite da análise, as relações de trabalho definem o sentido do processo de produção do espaço no campo recortado por Vieira Junior (2019), uma vez que ele é produzido historicamente por meio da relação entre sociedade e natureza intermediada pelas relações de trabalho. Percebe-se muito claramente que as relações de trabalho postas

na obra dialogam com o sentido da reprodução ampliada do capital que subordina a produção do espaço rural às imposições apresentadas pelo projeto de superexploração da força de trabalho da classe-que-vive-do trabalho (Antunes, 2009).

Quadro 1 - Trechos de Torto Arado da categoria Trabalho

Continua...

Código	Unidade de Contexto
Trecho 1	O gerente queria trazer gente que trabalhe muito e que não tenha medo de trabalho , nas palavras de meu pai, para dar seu suor na plantação. Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abóbora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era para isso que se permitia a morada (p. 41).
Trecho 2	Elas falavam da visita dos patrões às roças da fazenda. Queriam saber se eles haviam chegado por aqui, se tinham levado as batatas do nosso quintal também. Mas as batatas do nosso quintal não são deles, alguém dizia, eles plantam arroz e cana. Levam batatas, levam feijão e abóbora. Até folhas para chá levam. E se as batatas colhidas estiverem pequenas fazem a gente cavoucar a terra para levar as maiores – disse Santa, arregalando os olhos para mostrar sua revolta. Que usura! (p.45).
Trecho 3	Era preciso esperar que caíssem para que pudessem ser consumidos. Armazenávamos os frutos em grandes tonéis de água para amolecer a casca. Retirávamos com as mãos, de forma suave, para aproveitar a polpa, e levávamos aquelas massas em sacos de linhagem nas cabeças, pela estrada, para vender para as senhoras que faziam doce de buriti e sucos para vender (p. 69).
Trecho 4	Não queria também viver o resto da vida ali, ter a vida de meus pais. Se algo acontecesse a eles, não teríamos direito à casa, nem mesmo à terra onde plantavam sua roça . Não teríamos direito a nada, sairíamos da fazenda carregando nossos poucos pertences[...] aquele sistema de exploração já estava claro para mim. Mas eu era muito nova e aquele não seria o momento, muito menos as circunstâncias adequadas para partir (p. 83).
Trecho 5	Sutério pegou a maior parte da batata doce com as duas mãos grandes que tinha e levou para a Rural que havia deixado em nossa porta. Pilhou também duas garrafas de dendê que guardávamos para fazer os peixes miúdos que pescávamos no rio. Lembrou a meu pai da terça parte que tinha que dar da produção do quintal. Mas as batatas não eram produção do quintal. Da terra seca não brotava nem pasto, muito menos batata . E a secura era tanta que nem as várzeas estavam sendo cultivadas (p. 85).
Trecho 6	[...] não poderíamos feri-lo ainda mais em sua humilhação, pedindo que ele tomasse de volta as batatas -doces que havíamos adquirido com nosso trabalho na feira . Como foi longa aquela noite [...] (p.86).
Trecho 7	Muitos trabalhadores destinavam horas que deveriam dar nos roçados para cortar a taboa dos marimbus, que servia para dar de comer aos animais. Mas, ainda assim, Tobias e outros vaqueiros por vezes levavam o gado para terrenos mais distantes, na beira do Utinga, no caminho da estrada de rodagem (p. 102).
Trecho 8	Trabalhar a terra tinha desses sentimentos bons de amansar o peito, de serenar os pensamentos ruins que me cercavam (p. 121).

Quadro 1 - Trechos de Torto Arado da categoria Trabalho

Conclusão

Código	Unidade de Contexto
Trecho 9	Aos poucos, a paisagem foi mudando também. As grandes roças que os homens trabalhavam foram reduzidas, ano a ano. A família Peixoto já não tinha interesse em produzir . Um dos irmãos, que ficava à frente do trabalho instruindo Sutério, havia falecido. Já tinha a idade avançada e os filhos pareciam não ter interesse de continuar cuidando da fazenda (p.154).
Trecho 10	Continuavam a trabalhar nos seus roçados, a cultivar seus alimentos, muitos continuavam a montar banca na feira da cidade, mas não existiam mais as empreitadas fatigantes que retiraram a saúde de muitos e que significavam a servidão dos antigos, dos avós e bisavós, a sujeição que gostariam de poder esquecer [...] (p.155).
Trecho 11	[...] que os donos não se importavam de abrigar mais gente, queriam apenas que fosse de trabalho e não reclamasse da labuta. Gente que suasse de sol a sol, de domingo a domingo. Queriam gente que regasse as hortas e transformasse a terra da fazenda em riqueza e que não temesse ferir suas mãos na colheita (p. 182).
Trecho 12	Mas para gente como a gente a terra só tem valor se tem trabalho . Sem ele a terra é nada. [...] (p.186).
Trecho 13	Queremos ser donos de nosso próprio trabalho , queremos decidir sobre o que plantar e colher além de nossos quintais. Queremos cuidar da terra onde nascemos, da terra que cresceu com o trabalho de nossas famílias», completou Severo, numa roda de prosa debaixo da jaqueira na beira da estrada [...] (p.187).
Trecho 14	[...] depois montou um barracão de mantimentos, resolveu criar porcos e quem estivesse disposto a trabalhar teria direito a salário, que as pessoas nunca receberam de fato. Os dias de trabalho eram pagos com a retirada de mercadorias e, ao sair de lá, os moradores terminavam deixando uma dívida maior do que o pagamento que tinham a receber (p.190).
Trecho 15	Severo colheu assinatura para fundar uma associação de trabalhadores . Disse que precisávamos nos organizar ou, de contrário, acabaríamos sendo expulsos. Para muitos era impossível se imaginarem longe de Água Negra [...] (p. 198).
Trecho 16	[...] nasceram aqui, nesta terra que não tinha nada, só o nosso trabalho . Isto tudo aqui só existe porque trabalhamos esta terra[...] (p. 219)
Trecho 17	[...] os donos pisavam os pés nesta terra só para receberem o dinheiro das coisas que plantávamos nas roças . Todo mundo sabe das histórias de Seu Damião, Seu Saturnino e Zeca, meu pai. E sabe das histórias do jarê e de tudo o que vivemos aqui [...] (p.219).
Trecho 18	[...] Era homem na roça do senhor e mulher e filhos na roça de casa , nos quintais, para não morrerem de fome. Os homens foram se esgotando, morrendo de exaustão, cheios de problemas de saúde quando ficaram velhos [...] (p. 220).

Fonte: Vieira Junior (2019). **Elaboração:** os autores (2024).

De acordo com o que é exposto no trecho 1 do Quadro 1, as relações de trabalho acabam sendo responsáveis por determinar como o espaço será organizado, quem tem direito a usá-lo, bem como as relações sociais materializadas nesse espaço. Toda essa estrutura espacial se dará pelo sistema de morada, muito comum no espaço rural

nordestino, assim utilizando medidas restritivas nas habitações da fazenda com a construção de casas de barro. É-nos revelado os sentidos da impermanência na ocupação da terra por parte dos trabalhadores. Ao impor o uso de materiais frágeis nas habitações, os proprietários estão impedindo representações que configurem ocupações dos moradores ao longo do tempo, determinando assim habitações temporárias que dificultam à reivindicação da posse dessa terra por estes trabalhadores.

A circunstância imposta pelo sistema de morada ao qual os trabalhadores estavam vinculados são estratégias utilizadas para a exploração da força de trabalho e produção da mais-valia, uma vez que só é aceito quem está disponível para o trabalho braçal rural. Em síntese, só tem morada quem trabalha e gera riqueza para o proprietário fundiário. A partir do momento que é aceito no sistema produtor da fazenda, o trabalhador rural está sujeito a determinadas condições impostas pela relação personalizada estabelecida entre trabalhador e patrão.

Embora não se tenha um documento que comprove a relação trabalhista entre meeiros e fazendeiros, tem-se que a internalização de compromissos assumidos pelos sujeitos dessa relação seja via doação de terra para construções temporárias das habitações e para a subsistência dos trabalhadores, como pode ser observado ao longo da narrativa, sobretudo nos trechos 10 e 18. Percebemos também uma constante necessidade de exploração e ampliação do trabalho na produção de mercadorias localizadas na terra dos senhores, uma vez que a produção destas mercadorias e a exploração do trabalho humano são dois dos principais fatores que geram a riqueza, auxiliando na manutenção das desigualdades que permeiam a sociedade brasileira retratadas alegoricamente através dos trabalhadores e das relações de trabalho apresentadas em Torto Arado.

O “acordo” estabelecido como relação de trabalho e formas de ocupação do espaço rural se materializam como uma prática comum, principalmente durante o século XV após o enfraquecimento do sistema servil, como é descrito por Karl Marx (2013). A estrutura econômica capitalista foi fundada a partir dos escombros e heranças da estrutura econômica feudal. Marx afirma que foi deixando de ser servo e por ter sido expropriado da terra que o trabalhador se converteu em vendedor da força de trabalho. Trazendo para a realidade brasileira, o sistema de morada é um fenômeno presente na estrutura fundiária do país, conforme discutido por Manuel Correia de Andrade (1973) que discute como esse sistema foi responsável pelo crescimento da vulnerabilidade socioeconômica e

política do campesinato, contribuindo para a perpetuação dos privilégios de uma burguesia agrária legitimando a acumulação de terras, estabelecendo processo de desumanização e exploração dos trabalhadores rurais.

Ademais, a narrativa do romance expõe a terra como palco das ações e eventos, , ela é fonte da sobrevivência, mas também da riqueza subsidiada ao capital. Marx (2013) afirma que a terra é fonte originária dos meios para a subsistência do homem; é objeto universal do homem preexistindo independente da ação do homem sobre ela. O homem, através do ato laborioso de regular e controlar o metabolismo da natureza, apropria-se da matéria natural, usando-a para a sua sobrevivência, criando uma realidade em que o próprio homem irá usufruir.

Em Torto Arado o vínculo estabelecido pelo trabalho com a terra é responsável por caracterizar um modo de vida, pautado pelo uso da terra para a subsistência, típico das comunidades agrícolas familiares que buscam sua sobrevivência em consonância com o tempo da natureza, produzindo apenas o necessário para se manter enquanto ser humano, não visando o lucro e construindo seu espaço seguindo esta dinâmica. É recorrente nas comunidades rurais, como se apresenta na obra, a combinação do trabalho humano com elementos naturais, notadamente através do cultivo dos alimentos conforme as condições da natureza, transformando o excedente em mercadorias que servirão para complementar a renda e para a compra de produtos que não são produzidos pela comunidade.

Além do cultivo, o extrativismo do buriti, conforme o trecho 3, é uma matéria-prima importante, sendo transformado em sucos e doces que serão vendidos na feira da cidade, essencial para compor a renda dos moradores daquela localidade, sobretudo em momentos de escassez.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a natureza oferece recursos para a subsistência humana, ela será incorporada no processo de reprodução do modo de produção, sendo condição da própria acumulação. Percebe-se, ao longo da narrativa, o avanço do capitalismo no campo, que submete a terra a seus interesses, tornando-a mercadoria e geradora de riquezas para os latifundiários.

As relações de trabalho apresentadas em Torto Arado definem formas de estranhamento do trabalhador e fundamentam a extração da mais-valia como condição da organização da atividade econômica, revelando a opressão e a marginalização enfrentadas pelos trabalhadores. Dessa forma, é possível constatar no campo a materialização de

elementos pertencentes à lógica capitalista: a terra, elemento da natureza, é apropriada pelo capital através da renda da terra que nada mais é que a remuneração pelo uso/exploração da terra.

Cario e Buzanelo (1986) afirmam que a renda da terra advém de duas formas: a primeira quando os proprietários de terra se tornam produtores capitalistas através da exploração do trabalho excedente, o que ocorre em Torto Arado. E a segunda, mediante o arrendamento da terra para o capitalista que irá explorar a própria terra e os trabalhadores. Desta forma, a acumulação e a exploração são definidas como o foco da renda da terra. Ao dialogar com Marx (2004) é possível concluir que a renda da terra provém da extração da mais-valia.

Na relação entre aquilo que se apresenta em Torto Arado e as reflexões derivadas da categoria trabalho, pode-se inferir que as relações trabalhistas no campo seguem a lógica capitalista, ou seja, são sustentadas pela produção de mercadorias e de mais-valia, gerando a alienação/desumanização do trabalhador e a coisificação das relações. A exploração dos trabalhadores na fazenda salta aos olhos do leitor, sendo revelada em suas múltiplas formas ao longo do livro. Destaco os trechos 11, 14 e 17, presentes no Quadro 1, que tornam nítida a busca pelo lucro, exaurindo fisicamente os trabalhadores, que são submetidos a condições análogas a escravidão, sendo vistos como objetos da fazenda e um meio para aumentar a riqueza dos patrões. “Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital[...]” (Marx, 2013, p.706).

Observa-se que conforme se aumenta a exploração do trabalhador na busca pelo aumento da produtividade da terra e possibilidade de acumulação de riqueza, e junto a isso se amplia a exploração da natureza, tem-se também a revelação do processo de alienação. Na obra, esse processo é exemplificado especialmente nos trechos 2, 5, 6 e 17 do Quadro 1, quando os trabalhadores são expropriados do fruto do seu trabalho (Marx, 2004, p. 82). As batatas produzidas pelos trabalhadores são levadas pelo gerente ou pelos donos de terra, legitimando que aqueles que produziram a terra não têm direito sobre o que é produzido, nem sequer nas áreas que seriam “doadas” para a produção da sua subsistência, eles são obrigados a doar a terça parte da produção sempre que reivindicado pelos proprietários fundiários.

Outro momento em que o processo de alienação é exposto para o leitor faz-se notar quando os donos da terra aparecem na fazenda em busca dos frutos produzidos pelos

trabalhadores, ou seja, outra vez tem-se claro que a produção não é apropriada por quem produziu, a comunidade de Água Negra. Os termos dessa relação sempre são dissimétricos, o que amplifica as desigualdades sociais, o que faz com que se aumente a acumulação de poucos, incluindo precariamente a maioria dos envolvidos no processo, tornando nítida a estratificação social.

Conseqüentemente, percebe-se a valorização do mundo das coisas com a desvalorização do mundo dos homens, bem como o antagonismo entre os detentores dos meios de produção (latifundiário) e os não-proprietários (trabalhadores/proletariado). Cria-se assim circunstâncias que caracterizam a luta de classes. Marx e Engels (2005, p. 47) são categóricos quando afirmam que a conscientização do proletariado será responsável pela sua emancipação nas relações sociais de produção, são assertivos ao dizer que a “[...]luta do proletariado contra a burguesia começa com sua existência”.

O ambiente rural e as relações de trabalho estabelecidas são retratadas de forma quase bibliográfica, mergulhando na realidade de milhares de trabalhadores rurais, expondo as condições precárias, revelando a opressão e marginalização que esses trabalhadores estão submetidos, expondo sua luta pela sobrevivência em meio as jornadas extenuantes de trabalho, baixos salários e a falta de expectativa ao direito a terra e uma vida melhor.

No romance, a conscientização dos trabalhadores é um processo que vai sendo construído aos poucos, nos trechos 2, 5 e 6 do Quadro 1 os moradores sabem que as batatas foram produzidas para seu sustento, plantadas na terra destinada para eles, que por isso deveriam ser livres de cobranças. Entretanto esses produtos lhes são retirados, uma vez que a propriedade da terra é dos patrões, logo, tudo que é colhido pertence a eles, situações recorrentes que lembram aos moradores que eles são desprovidos de bens, que não têm direito nem ao fruto do seu trabalho.

No trecho 4 do Quadro 1 Bibiana entende que aquele lugar em que ela morou com a família durante a vida toda não lhe pertence; que ela não tem direito a nada dali. Esta terra é propriedade de terceiros, que os usa os trabalhadores de forma exploratória para manter a sua condição de classe dominante. A posse concedida a Família Peixoto e passada para Salomão reflete a tragédia social brasileira que é a questão da posse de terras no país pelas camadas sociais mais vulneráveis, resultado do passado colonial e escravocrata que optou conceder o direito à terra apenas a quem podia pagar por ela,

excluindo grande parcela da população, intensificando as desigualdades sociais e a exploração dos mais vulneráveis.

A conscientização por parte dos trabalhadores, que no início é tímida, vai se expandindo através do processo educativo, de um lado e de outro como com a organização dos trabalhadores e a tomada de consciência sobre os direitos fundamentais e a necessidade de reivindicações. Destaque para os trechos 13 e 16 do Quadro 1 que revelam a importância do personagem Severo como articulador da classe trabalhadora, que através do diálogo produz uma descrição da situação da exploração a que os trabalhadores rurais estão submetidos, denunciando as injustiças e as violências do trabalho no campo. Ao mesmo tempo, este sujeito constrói suas reflexões e ações verbalizando sobre o direito à terra que a comunidade de Água Negra possui, o vínculo que a comunidade tem com a terra e com o território: muitos nasceram ali, construíram uma organização espacial e social e tiram de lá o seu sustento. A terra para a comunidade não é apenas um mero meio de sobrevivência, ela é um vínculo com seus antepassados carregada de significados históricos, culturais e emocionais. Severo busca despertar uma consciência coletiva sobre trabalho e luta pela terra, por isso busca organizar um sindicato, uma forma de resistência aos padrões e sistematização da resistência e luta contra as opressões.

O processo de emancipação dos moradores da fazenda Água Negra é iniciado a partir do momento em que os moradores entendem que os donos não têm discernimento sobre o trabalho com a terra, eles não plantam, não sabem plantar e apenas estão interessados na apropriação da riqueza gerada pela exploração dos trabalhadores. As únicas relações que os donos da fazenda têm com a terra e com seus moradores é de propriedade privada para enriquecimento deles.

Enquanto os trabalhadores apresentam uma relação muito mais íntima com aquela fazenda, eles construíram suas vidas naquele território, ali se realiza muito mais do que um simples trabalho, são produzidas relações de conexão com a natureza daquele lugar. O ato laborioso é a forma que eles interagem com aquela natureza, que se acalmam, que se constroem como homens e que estabelecem o sentido da vida coletiva. O trabalho os humaniza, como é possível compreender com a análise dos trechos 8 e 12 presentes no Quadro 1.

O conceito de território e sua apropriação em Torto Arado

Dentro da narrativa de Torto Arado (Vieira Junior, 2019) são debatidas as dinâmicas do mundo do trabalho discutidas no tópico anterior, entretanto essas dinâmicas sociais construídas pela categoria trabalho são responsáveis pelas dinâmicas territoriais que estão no cerne da discussão que Vieira Junior faz sobre a identidade quilombola, uma vez que é o trabalho com a terra que estabelece o vínculo dos personagens com sua ancestralidade e identidade, fazendo parte do seu ciclo de vida. Portanto, faz-se necessária discutir a categoria Território como fundamento da realização do trabalho, da organização da vida, da construção das relações sociais e os vínculos com a terra, estabelecendo assim a compreensão da Geografia presente em Torto Arado.

Um dos pioneiros no estudo do conceito de território foi o francês Claude Raffestin (1993), ele enfatiza que território e espaço não são equivalentes, destacando que o espaço é anterior ao território, ao passo que o território é o espaço modificado a partir do trabalho que foi realizado pelo homem. Como eixo central das discussões do território é indispensável compreender as relações de poder. Portanto, ao se apropriar de um espaço, seja de forma concreta ou abstrata, o homem territorializa o espaço. Assim, “(...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...]” (Raffestin 1993, p.144).

Desse modo, para Raffestin, na construção do território são reveladas relações de poder que não são exclusivamente exercidas por um único agente, o Estado. O poder é exercido por diferentes agentes que o exerce em escalas diferentes, seja através das ações do Estado, seja por ações das relações cotidianas, por exemplo, as imposições de comportamento em propriedade privada, código de conduta na relação entre patrão e empregados ou mesmo o estabelecimento de regras de convivência em territórios específicos.

Raffestin, influenciado pelos pensamentos e escritos de Foucault, esclarece que a natureza do poder se dá obedecendo alguns princípios: o poder não se adquire é exercido; as relações de poder são intencionais e onde há poder há resistência (Raffestin, 1993, p. 53). Assim, o poder é intrínseco a todas as relações sociais e isso irá fundamentar a sua multidimensionalidade, tendo assim como objetivo a dominação e o controle sobre o homem e sobre as coisas.

A obra de Raffestin (1993) influenciou os geógrafos brasileiros na discussão da categoria território, dentre eles podemos citar o trabalho de Marco Aurélio Saquet. O território e o espaço estão ligados, entrelaçados, pois o primeiro é fruto da dinâmica socioespacial” (Saquet, 2005a, p. 49), sendo o processo de apropriação e dominação do território um movimento histórico e simultâneo efetivado pelos mais diversos agentes sociais, tais como o Estado, as empresas e as demais instituições sendo, portanto, os:

[...]agentes econômicos, políticos e culturais que traçam e concretizam estratégias de controle e dominação, influenciando as pessoas em suas ações e reações cotidianas [...] gerando territórios controlados e paisagens definidas de acordo com as atividades realizadas (Saquet; Antonello, 2010a, p.407).

O autor destacar a importância da identidade territorial nos processos ligados ao desenvolvimento territorial em consonância com o seu processo histórico envolvendo uma construção participativa entre os diferentes sujeitos, considerando suas necessidades, projetos, territorialidades, temporalidades e a conquista da autonomia (Saquet, 2015).

A configuração territorial se dará a partir de um campo de forças, de lutas sociais, modificando-se conforme o tempo e espaço pelas relações de poder entre atores e grupos por meio de suas territorialidades cotidianas. Em síntese, as relações estabelecidas pelos homens no seu cotidiano modificarão tanto o espaço como o território, e irão expressar diferentes temporalidades e territorialidades. Logo, para o entendimento da categoria território é necessário conhecer a natureza das territorialidades e como estas se encaixam nas subjetividades dos sujeitos.

Territorialidade como uma expressão do território

Partimos do pressuposto de que todo espaço, ao passar por um processo de apropriação e dominação por diferentes agentes em disputa, irá refletir as relações de poder em diferentes temporalidades, imprimindo assim uma pluralidade espacial que terá como fruto o território e as diferentes territorialidades que estão imbricadas na subjetividade dos sujeitos compõem esse território.

Marcos Aurelio Saquet (2015) define territorialidade como um processo de relações sociais, quer sejam elas políticas, culturais ou econômicas de determinados grupos, ou indivíduos, relacionado com as atividades do dia a dia que se dão em diferentes

espaços (igreja, trabalho, lazer, entre outros), produzindo assim territórios pelo exercício de poder de determinado grupo.

A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (Saquet, 2015, p.8).

Portanto, para Saquet (2005b), território, territorialidade e identidade são processos correlacionados e simultâneos, uma vez que na construção dos territórios haverá também a produção de identidade constituída pelas múltiplas relações-territorialidades estabelecidas pelo homem todos os dias, envolvendo seus objetos materiais e imateriais circunscritos ao espaço-tempo. O processo no qual a formação da identidade está envolvida é dinâmico, uma vez que os homens através dos seus valores, necessidades e aprendizagens produzem e renovam suas identidades. Assim, ela é construída, desconstruída e reconstruída no mesmo lugar ou em lugares diferentes nas diferentes temporalidades históricas.

Essa concepção é alinhada com aquela apresentada por Raffestin (1993), que define a territorialidade como conjunto de relações coletivas originado a partir de um sistema tridimensional (sociedade-espaço-tempo), com o qual os elementos que constituem essa territorialidade são suscetíveis de variações de tempo. Essas variações podem ser simétricas ou dissimétrica e refletem que ganhos ou perdas podem ser equivalentes ou não. Assim, ao ser colocadas em oposição, ter-se-ão “[...] uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda, todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo” (Raffestin, 1993, p. 162).

Nesse sentido, as múltiplas territorialidades constroem identidades que são relacionais e históricas, por sua vez, essas identidades influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios.

Território em Torto Arado

Conforme a metodologia da Análise de Conteúdo de Bardin (2016) foram identificadas 30 unidades de contexto com as unidades de registro em negrito, como pode ser verificado no Quadro 2.

Quadro 2 – Trechos de Torto Arado da categoria Território

Continua...

Código	Unidade de Contexto
Trecho 1	Cada homem com desejo de poder havia avançado sobre um pedaço e os moradores antigos foram sendo expulsos. Outros trabalhadores que não tinham tanto tempo na terra estavam sendo dispensados (p. 21).
Trecho 2	[...] podia construir casa de barro , nada de alvenaria , nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abóbora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era para isso que se permitia a morada (p. 41).
Trecho 3	[...] poderiam muito bem comprar batata e feijão no armazém ou na feira da cidade. Nós é que não conseguimos comprar nada, a não ser quando vendíamos a massa do buriti e o azeite de dendê, escapulindo dos limites da fazenda sem chamar a atenção. Mas a terra é deles (p. 45).
Trecho 4	A família Peixoto queria apenas os frutos de Água Negra , não viviam a terra, vinham da capital apenas para se apresentar como donos, para que não os esquecêssemos, mas, tão logo cumpriam sua missão, regressavam (p. 54).
Trecho 5	Voltaríamos para retirá-los de lá. Aquela fazenda sempre teria donos e nós éramos meros trabalhadores, sem qualquer direito sobre ela. Não era justo ver Tio Servo e os filhos crescendo espantando os chupins das plantações de arroz. Não era justo ver meu pai e minha mãe envelhecendo, trabalhando de sol a sol, sem descanso e sem qualquer garantia de conforto em sua velhice (p. 79).
Trecho 6	Não queria também viver o resto da vida ali, ter a vida de meus pais. Se algo acontecesse a eles, não teríamos direito à casa, nem mesmo à terra onde plantavam sua roça. Não teríamos direito a nada, sairíamos da fazenda carregando nossos poucos pertences[...] aquele sistema de exploração já estava claro para mim. Mas eu era muito nova e aquele não seria o momento, muito menos as circunstâncias adequadas para partir (p. 83)
Trecho 7	Sutério pegou a maior parte da batata doce com as duas mãos grandes que tinha e levou para a Rural que havia deixado em nossa porta. Pilhou também duas garrafas de dendê que guardávamos para fazer os peixes miúdos que pescávamos no rio. Lembrou a meu pai da terça parte que tinha que dar da produção do quintal[...] (p. 85).
Trecho 8	Mas ali, nos limites da fazenda, sob o domínio da família Peixoto – que quase não colocava os pés por lá a não ser para dar ordens, pagar ao gerente e dizer que não poderíamos fazer casa de tijolo – e de Sutério, sua lealdade pela morada que havia recebido no passado, quando vagava por terra e trabalho, falava mais alto (p. 86).
Trecho 9	A chuva a cada dia caía mais forte e se estendia por mais tempo, e com ela vinham as cores misteriosas do céu, dos animais e da gente que vivia em Água Negra . Francisco Peixoto, o herdeiro mais velho, voltou a aparecer com mais frequência, e Sutério , à sua frente, baixava um pouco a crista, guardando a valentia para sua ausência (p. 94).
Trecho 10	Há tanto tempo morando ali, os trabalhadores viviam como uma grande família, preservando até as boas disputas e brigas que os verdadeiros parentes têm (p. 112).
Trecho 11	Ainda recordo da palavra que escolhi: arado . Me deleitava vendo meu pai conduzindo o arado velho da fazenda carregado pelo boi, rasgando a terra para depois lançar grãos de arroz em torrões marrons e vermelhos revolvidos. Gostava do som redondo, fácil e ruidoso que tinha ao ser enunciado. Vou trabalhar no arado. Vou arar a terra (p.127).
Trecho 12	[...] e as únicas coisas a que tínhamos direito era morar até quando os senhores quisessem e a cova que nos esperava fosse cavada na Viração, caso não deixássemos Água Negra (p.128).

Quadro 2 – Trechos de Torto Arado da categoria Território

Continua....

Código	Unidade de Contexto
Trecho 13	Apesar das mudanças lentas, muitas interdições impostas pelos fazendeiros ainda continuavam a valer. O dinheiro não era usado para melhoria das casas que continuavam a ser de barro , continuávamos sem poder construir casa de alvenaria (p. 155).
Trecho 14	Foi com as casas de barro e nossos corpos como mobília que venderam a terra a um casal com dois filhos. Acostumados que estávamos à longa posse da família Peixoto , fomos surpreendidos pela mudança e ficamos sem saber o que aconteceria a partir de então (p. 176).
Trecho 15	[...] quando as fazendas foram deixando de produzir porque os donos já estavam velhos e os filhos já não se interessavam pelo trabalho de roça, porque ganhavam muito mais dinheiro como doutores na cidade, e nos procuravam cercando terras pelas extremidades da fazenda, dissemos que éramos índios [...] (p. 176).
Trecho 16	[...] que essa morada nunca fosse um bem durável que atraísse a cobiça dos herdeiros . Que essa casa fosse desfeita de forma fácil se necessário. Podem trabalhar – contavam nas suas romarias pelo chão de Caxangá –, podem trabalhar, mas a terra é dessa família por direito . Os donos das terras da eram conhecidos desde a Lei de Terras do império, não havia o que contestar. Quem chegasse era forasteiro, poderia ocupar, plantar e fazer da terra sua morada. Poderia cercar seu quintal e fazer roça na várzea nas horas vagas. Poderia comer e viver da terra, mas deveria obediência e gratidão aos senhores (p. 183).
Trecho 17	[...] porque não éramos também donos daquela terra, se lá havíamos nascido e trabalhado desde sempre. Porque a família Peixoto, que não morava na fazenda, era dita dona. Porque não fazíamos daquela terra nossa, já que dela vivíamos, plantávamos as sementes, colhíamos o pão. Se dali retirávamos nosso sustento (p. 185).
Trecho 18	Dos mais novos ouviu que seus questionamentos faziam sentido, que seus pais, avós, morreram sem possuir nada. Que o único pedaço de terra a que tinham direito , de onde ninguém os tiraria, era a pequena cova da Viração. Que para aposentar era uma humilhação, pedir documento de imposto ou da terra para os donos da fazenda (p. 186).
Trecho 19	[...]Queremos cuidar da terra onde nascemos, da terra que cresceu com o trabalho de nossas famílias», completou Severo , numa roda de prosa debaixo da jaqueira na beira da estrada. [...] (p. 187)
Trecho 20	Indomável, Severo caminhou por estradas, levantou sua voz em discursos, enfrentou os novos donos e o chefe dos trabalhadores. Mudando a si em meio ao movimento que parecia crescer em nossas vidas, foi moldando Água Negra, fazendo-a se transformar num lugar diferente [...] (p. 196).
Trecho 21	[...] questionar o domínio das terras da fazenda seria um gesto de ingratidão. Por isso mesmo, Severo percebeu que não poderia discutir com meu pai, seu tio e sogro, seria um desrespeito por tudo o que ele significava para o nosso povo[...] (p.196).
Trecho 22	No começo, o dono quis nos dividir dizendo que aquele «bando de vagabundos» queria a fazenda dele, comprada com o seu trabalho. Aquele sentimento de desamparo que o povo havia sentido com a morte de meu pai foi sendo substituído pela liderança de Severo , para uns. Outros não viam com bons olhos o movimento e se opuseram abertamente a meu primo, divergindo, entrando no jogo do novo fazendeiro para fazer minar nossas forças. Guiavam seus animais na calada da noite para destruir nossas roças na vazante. Derrubavam cercas e meses de trabalho viraram pasto na boca do gado [...] (p. 197).

Quadro 2 – Trechos de Torto Arado da categoria Território

Conclusão

Código	Unidade de Contexto
Trecho 23	[...] então, vocês trabalham nas minhas roças e, com o tempo que sobrar, cuidam do que é de vocês. Ah, mas não pode construir casa de tijolo , nem colocar telha de cerâmica. Vocês são trabalhadores, não podem ter casa igual a dono . Podem ir embora quando quiserem, mas pensem bem, está difícil morada em outro canto (p. 205).
Trecho 24	[...] ela se sentia apenas uma inquilina, embora morasse ali há mais de quarenta anos, e, apesar de o dono estar ali há tão pouco tempo, sentia como se devesse favores por estar na terra alheia. Salomão comeu o que lhe serviram [...] (p. 211).
Trecho 25	[...] foi o suficiente para Severo lembrar que havia muito existia uma demanda por melhoria das casas de barro dos moradores, precárias, que poderiam ruir ou ser fonte de doenças. Era preciso construir com materiais mais duradouros. Uns concordavam, outros não. Diziam que se a terra era do dono, ele é que poderia dizer o que poderia ser feito. Sempre havia sido assim[...] (p. 212).
Trecho 26	[...] os donos pisavam os pés nesta terra só para receberem o dinheiro das coisas que plantávamos nas roças. Todo mundo sabe das histórias de Seu Damião, Seu Saturnino e Zeca, meu pai. E sabe das histórias do jarê e de tudo o que vivemos aqui [...] (p. 219).
Trecho 27	[...] não. A igreja marcou com ferro as árvores com um B e um J de Bom Jesus. Marcou tudo o que podia. Disse que as terras pertenciam à igreja e nós éramos escravos do Bom Jesus (p. 227).
Trecho 28	[...] pode ser. Depois que marcaram tudo com o nome do Bom Jesus – eu vi muito pé de tudo, de jatobá a oitizeiro, com a marca de ferro do Bom Jesus – e disseram que eram escravos do Bom Jesus, o povo ainda viveu como antes por muitos anos [...] (p.228).
Trecho 29	[...], mas depois os fazendeiros chegaram mostrando documento, e foram cercando as terras, o povo resistindo, gente morreu, e terminaram por ficar espremidos num cantinho [...] (p. 228).
Trecho 30	[...] queriam ter casas de alvenaria. Queriam moradas que não se desfizessem com o tempo e que demarcassem de forma duradoura a relação deles com Água Negra. Os filhos que trabalhavam fora passaram a enviar um pouco de dinheiro para as construções. Os mais velhos, que puderam se aposentar, com[...] (p. 255).

Fonte: Vieira Junior (2019). **Elaboração:** os autores (2024).

Ao longo do enredo da obra o leitor entender com mais propriedade a definição de Raffestin (1993) quando indica que o território se dará pelas relações de poder, isto acaba sendo explícito em Água Negra, a fazenda onde se passa a história das protagonistas e símbolo de disputa onde é materializado relações assimétricas de poder. Os donos da Fazenda, seja a Família Peixoto, seja Salomão, são a representação do poder da burguesia rural e do modo de produção capitalista. Compreendemos que os conflitos que surgem ao longo da história é a resistência ao modo de produção vigente que busca apagar identidades e territorialidades, negando o direito básico de moradia e trabalho digno aos personagens, que são um retrato da grande parcela de indivíduos que vivenciam as experiências escritas por Vieira Junior.

Ao longo da obra, as injustiças históricas com a população negra vão se configurando como a condição da dinâmica territorial e com isso é possível compreender como se deu a formação da burguesia rural e do seu monopólio de terras, o trecho 1 do Quadro 2 dá uma ideia geral da reprodução das relações de poder naquele espaço. Neste caso um agente que exerce seu poder muitas vezes através da força que atua anexando terras para si e expulsando e segregando as pessoas que viviam originalmente naquele local.

Outro elemento que reafirma o poder sob o território do grupo de agentes dominadores é a organização territorial que será ditada por este grupo segundo as regras do modo de produção adotado pela sociedade, conforme observa Santos:

Ele se chama espaço logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva de um povo [...] resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas. É o uso deste poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação de território (Santos, 2004, p.233).

A organização territorial aparece na narrativa de Torto Arado desde o início, notadamente a partir da chegada dos trabalhadores na fazenda encaminhados para as terras determinadas pelo gerente. Aliado a isso, o impedimento de se construir casas de alvenaria apenas de barro, material com uma natureza cíclica que se desmancha com tempo e sujeito a ações das intempéries da natureza marcam o sentido das formas de dominação do território (trecho 2 do Quadro 2). As restrições habitacionais são estratégias dos senhores visando impedir o vínculo daquelas pessoas com a terra. O uso do barro na construção das casas representa a constante impermanência da vida do trabalhador rural que necessita se submeter a um modo de vida predatório, sem lugar definitivo para chamar de seu.

O elemento casa é a primeira compreensão que se tem sobre o termo território; é o primeiro local que o sujeito reconhece enquanto seu; é onde se constrói a vida e se estabelece as relações. Para Vieira Junior (2017, p. 267) “[...] é [no] chão onde se desenvolve a vida – como a terra; está sob a jurisdição do morador”. Portanto, ao se proibir a construção de casas de alvenaria se faz um lembrete para seus moradores que aquela terra não lhes pertence; é um impedimento para a legitimação da posse de terra, percebe-se então que não há chances de que na forma jurídica eles possam reivindicar o território por eles ocupado.

Em Torto Arado as famílias têm suas habitações vistas como uma benfeitoria do senhor, mas elas são constantemente lembradas de que estão ali de favor; sempre que

possível é destacado para aqueles sujeitos que a terra que ocupam não lhes pertence, portanto, eles não têm direito a usufruir dela nem dos produtos do seu trabalho, como as verduras dos roçados, uma vez que em momentos de crise ou de visita a fazenda os proprietários recolhem esses produtos como parte de um acordo não documentado de trabalho e de posse destes bens (trecho 3 do Quadro 2).

Apesar dos trabalhadores não terem direito à posse da terra e não serem autorizados a realizar a construção das suas casas com material permanente é nestes espaços de moradia que eles se autoconstroem e constroem o sentido de família e de comunidade. A noção de pertencimento deriva das relações socioespaciais construídas naquele lugar. Ao longo da narrativa acompanhamos o vínculo que a comunidade tem com aquela terra, que se encontra carregada de significados históricos, culturais e emocionais. A terra é o cenário onde o correr da vida acontece, o primeiro lugar que é ocupado pela comunidade,

O trabalho na fazenda é o segundo elo entre seus moradores e a terra, agora enquanto atividade desenvolvida no espaço coletivo onde se tem vivências e sentimentos nascidos de suas relações com o trabalho na terra (trecho 19 Quadro 2). Depura-se da obra a construção de um sentimento de apego que as protagonistas têm por aquele território, com vínculos que fazem parte da construção de mundo daquelas pessoas que realizam suas vidas através das ações do seu cotidiano.

É no trabalho que se realiza a organização social que estabelece uma sucessão de encontros e reencontros entre os indivíduos, fortalecendo suas relações afetivas e sociais (trecho 11 Quadro 2). O ato de trabalhar vai muito além da sobrevivência, ele é fruto dos processos estruturais e conjunturais responsáveis por estabelecer traços identitários entre o grupo coletivo, que são fundamentados nas vivências e saberes que muitas vezes são hereditários e compartilhados entre si e a terra, que se expressa como território e vincula a existência a uma realidade concreta. Percebe-se essa relação quando na obra se revela que “foi assim que crescemos, aprendemos[...]” (Vieira Junior, 2019, p. 24).

Em Torto Arado, o território e as dinâmicas das relações de poder são materializados nos monumentos incluídos neste território. Faz-se presente pelas divisas, pelos limites que se caracterizam como representação da delimitação, da apropriação e da posse do espaço por um determinado grupo, sendo resultado das relações de poder simétricas e dissimétricas que são vinculadas às múltiplas territorialidades.

Saquet e Gallo (2010b) definem divisa como uma forma de apropriação por meio de símbolos ou marcos. Ao mesmo tempo definem limite como a indicação de que um grupo ocupou o espaço, estimulando a ideia de separação. Assim, “manifesta a vontade de exercitar os direitos no âmbito territorial. O nascimento do limite-divisa tem como consequência, no interior da sociedade, a origem do conceito de pertencimento-propriedade” (Saquet; Gallo, 2010b, p. 91). De certa forma, a visão de Saquet e Gallo sobre limite acaba complementando Raffestin (1993), pois, para ele, limite é uma representação presente no nosso cotidiano, indo muito além do que um simples traço, compõem o jogo de reprodução social: produção, troca e consumo, seu significado é ampliado.

O estabelecimento de símbolos concretos, em Torto Arado, acaba atuando enquanto limites, representando a posse das terras por um grupo que detém o maior poder capaz de subjugar e expulsar um grupo. Observa-se que a terra, ainda que teoricamente, é um marcador fundamental das vivências. Nos trechos destacados (trechos 27 e 28, Quadro 2), observa-se que os representantes da Igreja Bom Jesus expulsam os moradores originários das terras e marcam estas com seu nome, obtendo a sua posse formal simbólica e material.

A obra contextualiza a história da estrutura fundiária do Brasil, explorando as raízes da concentração de terras e as consequências sociais desse desequilíbrio, uma vez que no Brasil “[...] a concentração da propriedade privada da terra atua como processo de concentração da riqueza e, portanto, do capital” (Oliveira e Faria, 2009, p. 1). O romance expõe como a criação da Lei de Terra de 1850, trecho 16 do Quadro 2, favoreceu a expansão dos grandes latifúndios e da propriedade privada, impedindo a aquisição de pequenas propriedades pelos escravos recém-libertos e demais grupos vulneráveis.

Conforme o avanço da narrativa, deparamo-nos com elementos que denunciam as desigualdades sociais e raciais que permeiam a estrutura fundiária e social do país. Vieira Junior aborda as heranças deixadas pelo período escravocrata para os descendentes dos escravizados, heranças essas que moldam as relações sociais e as oportunidades de vidas das personagens. Por exemplo, o pai das protagonistas nasceu 30 anos depois do fim do período da escravidão no Brasil, entretanto continuava vivendo em regime de servidão e sem acesso às terras. Como aponta Leite (2008, p. 966), ocorreu a “abolição do trabalho escravo, porém, isso não alterou substancialmente as práticas de expropriação e controle da terra, e com elas a situação dos grupos negros”.

Ademais, Oliveira (2015) assegura que foi a partir da Lei de Terras que foram estruturados os processos de legalização e legitimação da grilagem de terras realizadas no período colonial pelas elites latifundiárias. A grilagem de terras públicas representa um aspecto da estrutura fundiária do Brasil. A prática de usar documentos falsos para comprar terras ou ocupá-las de modo ilegal acaba sendo um traço característico e constitutivo da formação da propriedade privada da terra brasileira.

As consequências deste processo foram a violência contra os camponeses-posseiros, indígenas e as constantes tentativas de expropriação de terras, representado ao longo do romance com destaque no trecho 29 do Quadro 2.

Já foi compreendido que as relações sociais de poder e dominação, bem como as relações sociais-naturais vividas cotidianamente, são responsáveis pela formação do território e das territorialidades dos grupos envolvidos. Essa formação é dinâmica, uma vez que os sujeitos se apropriam de formas diferentes dos elementos presentes nos limites do território. Fato este nos indica que há a possibilidade de produção de territorialidades antagônicas, ocasionando conflitos, já que diferentes grupos ou sujeitos opostos passam por um processo de disputa, visando a apropriação/manutenção do território por seu grupo, ademais Raffestin menciona:

[...] relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações (Raffestin, 1993, p. 53).

A disputa da Fazenda Água Negra se dá entre quem vive de fato na terra (moradores que são a resistência) e os donos da terra representados pela família Peixoto e Salomão (dominação), trazendo conflitos que serão evidenciados pela figura do militante Severo, sujeito pertencente ao grupo dos trabalhadores.

Severo representa a busca por dignidade, justiça e transformação social ao lutar por melhorias nas habitações, por direitos e melhores condições de trabalho. Com uma participação ativa nos sindicatos dos trabalhadores, centro de debate importante para a reflexão da coletividade e para ações de enfrentamento das injustiças vivenciadas em nossa sociedade. Os trechos 20, 21 e 25, presentes no Quadro 2, mostram a importância de Severo para a mobilização e organização dos moradores na luta por seus direitos.

É na figura de Severo e de Bibiana que os moradores conseguem compreender melhor a dimensão da dominação a que estavam submetidos; conseguem despertar a

consciência sobre esse processo, revisitando a história de seus ancestrais. A compreensão da expressão da sua territorialidade enquanto coletivo é moldada a partir do vínculo com a terra e definida pela realização do trabalho, afinal para o homem do campo a terra é sua morada e o seu meio de subsistência. O trabalho está contido em todas as atividades necessárias para a plena realização da vida no cotidiano imposto a eles.

É na dimensão da territorialidade construída pelo trabalho que os moradores questionam os domínios das terras pelos donos (trechos 17,18 e 19 do Quadro 2), uma vez que estes não estão presentes no cotidiano da fazenda e muito menos têm uma relação com os seus empregados, nem com a natureza daquele local. Nesse contexto, para a comunidade da Água Negra, a terra (território) torna-se um fruto da memória e da experiência pessoal e compartilhada, não sendo apenas uma extensão territorial, mas uma porção do espaço geográfico onde ocorre tanto a produção material, quanto a produção dos significados simbólicos e culturais da comunidade. As dimensões da vida do ser se entrelaçam com as objetividades da produção do território constituindo também um patrimônio comum e, por isso, difere-se das terras de outros grupos, sendo constituinte da identidade daquela coletividade.

Considerações finais

Ao examinar Torto Arado foi possível explorar as categorias trabalho e território como marcas fundamentais da Geografia presente naquela comunidade, trazendo a Análise de Conteúdo como uma ferramenta para analisar os trechos literários e colaborando com discussões que a obra reflete a partir da realidade brasileira.

Vieira Junior, através da vivência nas comunidades rurais do Nordeste, conseguiu trazer para o debate questões relacionadas às relações de trabalho no ambiente rural e como estas relações moldam a construção do território e da territorialidade presente naquela comunidade de Água Negra. Dentro da narrativa, acompanhamos o desenvolvimento das relações de trabalho precárias caracterizadas pela opressão e exploração dos trabalhadores.

Além disso, a falta de acesso à terra nos alerta para as desigualdades que permeiam o sistema social e agrário brasileiro. A concentração fundiária, os dilemas da desapropriação de terras e o deslocamento das comunidades rurais revelam a perpetuação

de um sistema pautado na separação dos pequenos produtores dos seus territórios produtivos, o que historicamente favorece os grandes latifúndios. A partir da narrativa presente em Torto Arado, é possível compreender que o trabalho para as comunidades rurais vai muito além de uma simples atividade produtiva e laboral, ele é a representação e a expressão da sua territorialidade, da sua identidade quilombola; é a representação dos vínculos com a terras e com as pessoas que vivem, lutam e formam aquele território.

A obra é essencial para compreender a importância das comunidades rurais no enfrentamento do sistema econômico de expropriação e fome. É a terra que dá aos trabalhadores rurais o sentido da vida; é a produção da terra que subsidia meio de combater a fome, assegurando um modo de vida orientado para o campo. Percebe-se que as comunidades rurais são centradas na solidariedade, elemento fundamental para a construção de uma sociedade menos dissimétrica que possibilita a busca pela justiça espacial.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para ampliar a discussão sobre as relações de trabalho e sobre a dinâmica do território em ambiente rural, incorporando a literatura como ferramenta possível para analisar estes temas sob um olhar mais amplo. Sobretudo, espera-se que os caminhos percorridos e as discussões problematizadas sirvam para sensibilizar os leitores sobre a necessidade de mudanças significativas na estrutura fundiária brasileira. Desta forma, os conteúdos aqui apresentados demonstram que muitas outras pesquisas ainda podem ser realizadas, indicando que o debate está aberto e carece de múltiplos olhares.

Referências

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem do Nordeste**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2016.

CALLAI, H. C.; MORAES, M. M. de. Literatura e Geografia em uma proposta interdisciplinar. **Revista de Didáticas Específicas**, n. 9, p.47-68, dez. 2013.

CARIO, S. A. F.; BUZANELO, E. J. Notas sobre a teoria Marxista da renda da terra. **Revista de Ciências Humanas**, v. 5, n. 8, p. 32-47, 1986.

GARCIA, G. G. **A Terra Prometida: Geografia e Literatura enquanto representação do espaço vivido**. 2020. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020. Disponível em: http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/6351/1/Gustavo%20Gabriel%20Garcia_2020.pdf. Acesso em: 5 jan.2024.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-97, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300015>

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2013.

OLIVEIRA, A. U. de. **Reforma Agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território no Brasil**. In: Universidade de Havana. (org.). Por uma América Latina unida y sustentable. Havana: distribuidora nacional, 2015.

OLIVEIRA, A. U. de; FARIA, C. S. de. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais...** Montevideu. 12, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed, v. 2. São Paulo: Edusp, 2004.

SAQUET, M. A. Entender a Produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. (org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP/GAsPERR, p. 35-51, 2005a.

SAQUET, M. A. Território e identidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 10, n. 1, p. 13.869-13.881, 2005b.

SAQUET, M. A.; ANTONELLO, J. A. A territorialização na agricultura familiar: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil). In: SIMPÓSIO PARANAENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA-SIMPGeo, 5., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba, p. 405-420, 2010a.

SAQUET, M. A.; GALLO, A. Fronteira, território e formação do sul do Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 35, p. 89-102, 2010b. DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2010.419

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a concepção e para o desenvolvimento territorial. 2.ed. Rio de Janeiro: Consequência. 2015.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. ISSN 2237-9444.
DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>

VIEIRA JUNIOR, I. **Trabalhar é tá na luta:** Vida, morada e movimento entre o povo da Iúna, Chapada Diamantina. 2017. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

VIEIRA JUNIOR, I. **Torto arado.** São Paulo: Todavia, 2019.

Recebido em 13/08/2024. Aceito para publicação em 07/02/2025.
